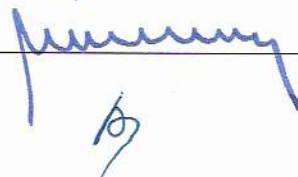


CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS ^{IB}



ATA N.º 3

----- Aos vinte dias do mês de agosto do ano de 2020, nesta cidade da Maia e edifício sede dos Serviços Municipalizados da Maia, encontram-se reunidos: Dr.ª Ivone Marisa da Costa Machado Barbosa, Técnica Superior (Engenharia da Segurança do Trabalho), Presidente do Júri, Eng.º Albertino Abílio Moutinho da Silva, Diretor - Delegado dos SMEAS da Maia e Eng.º Ângelo Lúcio e Sousa Oliveira Maia (Engenharia Civil), na qualidade de membros do Júri do procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento do posto de trabalho referente a 1 Assistente Técnico (Área de Segurança no Trabalho) para integrar o Gabinete da Qualidade e Segurança no Trabalho, Aviso n.º 8367/2020, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 104, de 28 de maio de 2020 e na Bolsa de Emprego Público - BEP, com o código de oferta OE202005/0598 (aviso de abertura), a fim de apreciar as alegações apresentadas pelos candidatos em sede de direito de audiência prévia, elaborar a lista dos candidatos excluídos, bem como dos admitidos e marcar a data e local da prova escrita de conhecimentos.-----

----- 1. Aberta a reunião, o Júri verificou que os candidatos que apresentaram alegações, em sede de direito de audiência prévia, foram os seguintes: Adedmy Barreto Quaresma, Ana Paula Pereira de Sousa e Liliana Sofia Gonçalves Bessa Ferreira pelo que, deliberou, por unanimidade, pronunciar-se da forma seguinte:-----

----- 2. A candidata **Adedmy Barreto Quaresma**, em fase de audiência prévia, sobre a intenção de exclusão ao concurso por parte do júri, declarou que reúne os requisitos previstos no artigo 17º, da Lei Geral do Trabalho, anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (ponto 7 do respetivo formulário de candidatura), não o tendo feito, no momento da candidatura, por lapso. -----

----- 2.1 O júri analisou as alegações da candidata e deliberou, por unanimidade, pronunciar-se da forma seguinte: constata-se que a candidata, em sede de audiência prévia, declarou reunir os requisitos previstos no artigo 17º, da Lei Geral do Trabalho, anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (ponto 7 do respetivo formulário de candidatura), motivo pelo qual resultou na exclusão ao procedimento concursal. Reanalisada a candidatura de Adedmy Barreto Quaresma, verifica-se que após confirmação da reunião dos requisitos previstos no ponto 7, do formulário de candidatura, esta reúne todos os requisitos exigidos, pelo que, considerando o princípio da legalidade, o júri decidiu, por unanimidade, considerar a candidata **Adedmy Barreto Quaresma** admitida ao procedimento concursal. ---

----- 3. A candidata **Ana Paula Pereira de Sousa**, em fase de audiência prévia sobre a intenção de exclusão ao concurso por parte do júri, pelo motivo de não ter apresentado

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

IB
[assinatura]
B

documento que comprove deter o requisito específico referido no ponto 6.3 do aviso de abertura, titularidade de título profissional válido de Técnico de Segurança no Trabalho (nº 2, artigo 5º, da Lei nº 42/2012, de 28 de agosto), apresentou alegação referindo que, por motivos financeiros, não tinha solicitado o documento em questão, até à data limite de apresentação da respetiva candidatura (15/06/2020), tendo-o feito posteriormente. Refere qua a emissão do título profissional de Técnico de Segurança no Trabalho poderá demorar até 40 dias.-----

----- 3.1 O júri analisou a alegação apresentada pela candidata e decidiu, por unanimidade, pronunciar-se da forma seguinte: constata-se que é requisito específico titularidade de título profissional válido de Técnico de Segurança no Trabalho (nº 2, artigo 5º, da Lei nº 42/2012, de 28 de agosto), referido no ponto 6.3 do aviso de abertura do procedimento, sob pena de exclusão e que o ponto 7.4, do referido aviso, reforça ainda que, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, bem como dos que sejam indispensáveis para efetuar a análise da candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal, nos termos da alínea a), do nº 8, do artigo 20º, da Portaria 125-A/2019. Assim sendo, a candidata, em fase de audiência prévia, não apresentou o documento em falta e confirmou não o possuir até à data limite de apresentação da respetiva candidatura (15/06/2020), pelo que o júri decidiu, por unanimidade, manter a exclusão da candidata **Ana Paula Pereira de Sousa** ao procedimento concursal. -----

----- 4. A candidata **Liliana Sofia Gonçalves Bessa Ferreira**, em fase de audiência prévia sobre a intenção de exclusão ao concurso por parte do júri, pelo motivo de não ter apresentado certificado de habilitações literárias (12º ano de escolaridade ou equivalente), conforme requisito obrigatório exigido no ponto 6.2 do aviso de abertura, bem como não ter apresentado documento que comprove deter o requisito específico a que se refere o ponto 6.3 do aviso de abertura, nem ter declarado reunir os requisitos previstos no artigo 17º, da Lei Geral do Trabalho, anexo da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (ponto 7 do respetivo formulário de candidatura, bem como alínea i), do nº 1, do artigo 19º, da Portaria 125-A/2019), apresentou certidão de habilitações literárias, comprovativo de conclusão do Ensino Secundário.-----

----- 4.1. O júri analisou o documento apresentado pela candidata e decidiu, por unanimidade, pronunciar-se da forma seguinte: constata-se que no ponto 7.1 do aviso de abertura do procedimento a apresentação da candidatura deverá ser acompanhada de fotocópia do certificado das habilitações literárias, sob pena de exclusão. A candidata, em fase de audiência prévia, apresentou o documento em falta. No entanto, a mesma não apresentou documento que comprove deter o requisito específico a que se refere o ponto 6.3 do aviso de abertura, nem declarou reunir os requisitos previstos no artigo 17º, da Lei Geral do Trabalho, anexo da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (ponto 7 do respetivo formulário de

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

13

[Handwritten signature]
13

candidatura, bem como alínea i), do nº 1, do artigo 19º, da Portaria 125-A/2019). O ponto 7.4, do referido aviso, reforça ainda, que a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, bem como dos que sejam indispensáveis para efetuar a análise da candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal, nos termos da alínea a), do nº 8, do artigo 20º, da Portaria 125-A/2019. Ainda assim, a candidata, em fase de audiência prévia, teve a oportunidade de apresentar os documentos em falta e não o fez. Reanalizada a candidatura, o júri deliberou, por unanimidade, manter a exclusão da candidata **Liliana Sofia Gonçalves Bessa Ferreira** ao procedimento concursal. -----

----- 5. Pelo exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, manter a exclusão dos candidatos seguintes:-----

----- 5.1 Por não terem apresentado documento válido que comprove deter o requisito específico a que se refere o ponto 6.3 do aviso de abertura, titularidade de título profissional válido de Técnico de Segurança no Trabalho (nº 2, artigo 5º, da Lei nº 42/2012, de 28 de agosto):-----

----- Afonso Mendes de Albuquerque Rodrigues-----

----- Cláudia Sofia Landeiro e Melo -----

----- Maria de Fátima Lanhoso Sepúlveda Rangel Machado Vieira -----

----- Sara Lia Guedes Camacho da Côte -----

----- 5.2 Por não terem apresentado documento que comprove deter o requisito específico referido no ponto 6.3 do aviso de abertura, titularidade de título profissional válido de Técnico de Segurança no Trabalho (nº 2, artigo 5º, da Lei nº 42/2012, de 28 de agosto): -----

----- Alfredo Fernando Gomes Flores -----

----- Ana Catarina Soares de Almeida -----

----- Ana Paula Pereira de Sousa -----

----- Carla Manuela Rodrigues da Silva -----

----- Fabiana Isabel Carneiro Vieira -----

----- Iolanda Isabel de Sousa Dias -----

----- João Paulo Pereira Brito -----

----- Lúcia Maria Monteiro de Sousa -----

----- Margarida Maria Pinto Terroso Martins Machado -----

----- Maria Manuela Ferreira da Silva -----

----- Mário João Ventura Veríssimo -----

----- Teresa Isabel dos Santos Andrade -----

----- Vânia Andreia Moreira Alves -----

----- Vítor Manuel Mendes da Cunha -----

----- 5.3 Por não ter provado possuir o respetivo requisito habilitacional (12º ano de escolaridade ou equivalente), conforme requisito obrigatório exigido no ponto 6.2 do aviso de

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

IB
[assinatura]
[assinatura]

abertura, bem como não ter apresentado documento que comprove deter o requisito específico a que se refere o ponto 6.3 do aviso de abertura:-----

----- António Manuel Oliveira Correia -----

----- 5.4 Por não ter apresentado certificado de habilitações literárias (12º ano de escolaridade ou equivalente), conforme requisito obrigatório exigido no ponto 6.2 do aviso de abertura, bem como não ter apresentado documento que comprove deter o requisito específico a que se refere o ponto 6.3 do aviso de abertura, nem ter declarado reunir os requisitos previstos no artigo 17º, da Lei Geral do Trabalho, anexo da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (ponto 7 do respetivo formulário de candidatura, bem como alínea i), do nº 1, do artigo 19º, da Portaria 125-A/2019): -----

----- Liliana Sofia Gonçalves Bessa Ferreira -----

----- 6. Voltar a notificar os candidatos excluídos, dando-lhes conhecimento das garantias fixadas no artigo 31º, da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril. -----

----- 7. Admitir os candidatos seguintes: -----

----- Adedmy Barreto Quaresma -----

----- Ana Sofia Duarte Silva -----

----- Ana Teresa de Vasconcelos Gusmão Fernandes -----

----- Cristiane Alves da Silva Carvalho -----

----- Hélder Filipe Azevedo Ferreira -----

----- Joana Raquel Tavares de Freitas -----

----- Joana Sofia Vilas Boas Leal -----

----- Leandro Filipe Faria Santos -----

----- Marta Isabel Pereira Ramos -----

----- Sandra Isabel Gomes Pereira -----

----- Vanessa Angélica Nunes da Silva -----

----- 8. Convocar os candidatos admitidos para a realização da prova escrita de conhecimentos, a realizar no dia 1 de setembro de 2020, às 09.00 horas, no edifício sede dos Serviços Municipalizados da Maia, localizado na Rua Dr. Carlos Felgueiras, com o código postal, 4471-909 Maia. -----

----- 9. Nos termos do artigo 24º, da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, para dar início à realização dos métodos de seleção, todos os candidatos admitidos deverão ser notificados, ao abrigo do estipulado na alínea a), do artigo 10º, da referida Portaria, para realização da prova escrita de conhecimentos. -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada pela Senhora Presidente do Júri a presente reunião. -----

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

----- Para constar e para os devidos efeitos se lavrou a presente Ata que por todos vai ser assinada. -----

JÚRI:

PRESIDENTE:

Ivone Marisa Barbosa

(Dr.ª Ivone Marisa da Costa Machado Barbosa)

1º VOGAL:

Albertino Abílio Moutinho da Silva

(Eng.º Albertino Abílio Moutinho da Silva)

2º VOGAL:

Ângelo Lúcio e Sousa Oliveira Maia

(Eng.º Ângelo Lúcio e Sousa Oliveira Maia)